



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1824, DE 2020

Informações à Ministra da Agricultura.

**AUTORIA:** Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº DE

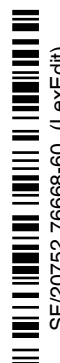
Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, informações sobre as medidas fiscalizatórias e de prevenção e repressão à invasão de terras públicas na Amazônia.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, informações sobre as medidas fiscalizatórias e de prevenção e repressão à invasão de terras públicas na Amazônia.

Nesses termos, requisita-se:

1. Qual a estrutura, incluindo órgãos e pessoal, que dispõe o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para fiscalizar a ocupação ilegal nas áreas rurais da Amazônia?
2. V. Ex<sup>a</sup> considera essa estrutura adequada para fiscalizar e reprimir a ocupação ilegal nas áreas rurais da Amazônia?
3. Há estudos que indicam que o desmatamento ilegal na Floresta Amazônica tem por principal causa a grilagem de terras, sobretudo em áreas não ainda destinadas. Nesses casos, essas terras permaneceriam numa espécie de limbo no que concerne à indefinição sobre a alocação de seu uso, de maneira que ficaria difícil definir um gestor para responder pelas invasões



SF/20752.76668-60 (LexEdit)

de que se aproveitariam grileiros com o fito de desmatá-las e depois transmitirem onerosamente a sua posse, lucrando com a devastação florestal sem que, ao que tudo indica, o Poder Público tomasse as devidas providências ao seu alcance. V. Ex<sup>a</sup> seria capaz de esclarecer qual a estratégia do MAPA para coibir esse tipo de prática?

4. Que medidas o MAPA vem tomando para estabelecer a destinação de áreas rurais na Amazônia e possibilitar o fim da grilagem de terras nessas áreas?
5. O Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, em audiência realizada no Senado Federal em julho de 2020, estimou uma quantidade aproximada de 1.500 grileiros e garimpeiros ilegais hoje dentro de terras tradicionalmente ocupadas por índios Yanomamis, e afirmou que o Governo estaria estudando uma operação para a retirada desses invasores das terras indígenas. Qual a participação do MAPA nessa operação? Qual a estratégia de retirada desses invasores? Há uma data prevista para o início e a conclusão dessa operação?

## JUSTIFICAÇÃO

Diante do quadro apresentado por pesquisadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) [<https://www.oeco.org.br/noticias/grileiros-ja-tomaram-quase-12-milhoes-de-hectares-de-florestas-publicas-na-amazonia/>], que aponta que grileiros tomaram posse de 11,6 ha. de florestas públicas na Amazônia, fato agravado pela expectativa de sucesso e posterior convalidação de ações com medidas como a MP da grilagem (MP 910, de 2019), evidencia-se a necessidade de o poder público, sobretudo por

intermédio do MAPA, agir de forma enérgica e urgente para conter essas ocupações ilegais de terras, que ocasionam acelerado desmatamento da Floresta Amazônica e, ainda, destroçam os meios de vida e a cultura das populações indígenas.

Nesse sentido, considerando que, nos termos do art. 21, inciso XIV, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, constitui área de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, "reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, Amazônia Legal, terras indígenas e quilombolas", estamos provocando o MAPA para que informe claramente à sociedade brasileira, e até mesmo à comunidade internacional, que tipo de providências estão tomando as autoridades responsáveis para coibir esse tipo de ilegalidade e quais as expectativas de solução para o problema que estamos apontando, notadamente no que se refere à destinação de florestas públicas da União que, justamente pela omissão governamental, deixam essas áreas extremamente vulneráveis a invasores de todo tipo.

Sala das Sessões, 29 de julho de 2020.

**Senador Paulo Rocha**  
**(PT - PA)**  
**Líder do Bloco Parlamentar Resistência Democrática**



SF/20752.7668-60 (LexEdit)